



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ECONOMIA**

**O EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO COMO ALTERNATIVA AO
DESEMPREGO: ESTUDO DE CASO DA BRUSCOR**

AGNALDO ELEUTÉRIO DA SILVA

FLORIANÓPOLIS, 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ECONOMIA**

**O EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO COMO ALTERNATIVA AO
DESEMPREGO: ESTUDO DE CASO DA BRUSCOR**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - monografia.

Por: Agnaldo Eleutério da Silva

Orientador: Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa

Área de Pesquisa: Economia Solidária

Palavras Chave: 1 Desemprego
2 Empreendimento Econômico Solidário
3 BRUSCOR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA ECONOMIA**

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota **9,0** (nove) ao aluno Agnaldo Eleutério da Silva, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa
(Presidente)

Prof. Dr. Renato Francisco Lebarbenchon
(Membro)

Prof^a. Juliana Grigoli
(Membro)

*À minha esposa e filha. Pelo amor,
paciência e compreensão durante a
realização deste trabalho.*

Agradecimentos

Primeiramente a Deus por ter me dado forças para enfrentar todas as dificuldades encontradas durante minha jornada acadêmica.

A minha esposa e filha, que sempre me acolheram com palavras de carinho e incentivo, sou muito feliz e grato em tê-las em minha vida.

Aos meus pais pela orientação e esforço despendidos desde o início de minha formação e aos meus irmãos pelo apoio prestado durante o curso e em toda minha vida.

Ao professor Dr. Armando de Melo Lisboa, pela orientação, compreensão e estímulo prestados no transcorrer deste trabalho.

Ao amigo Alberto, simplesmente porque existe amigo mais próximo que um irmão.

Ao amigo e economista Wilson, pelo apoio prestado durante o curso e pela ajuda incondicional na realização da pesquisa de campo.

Aos sócios da BRUSCOR, em especial nas pessoas de Renildes Comandoli e Ana Ludvig, pela disposição e colaboração prestadas na realização da pesquisa de campo.

Aos amigos, Charles, Katiane, Queiroga, Fábio, Flávio, Hoffmann, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Enfim, a todos vocês o meu sincero muito obrigado.

“Triste o mundo, que veste quem está vestido e despe quem está nu.”

(Pedro Calderón de la Barca)

RESUMO

Com a finalidade de apresentar um modelo alternativo - baseado nos princípios da Economia Solidária - para o combate ao desemprego, foi realizado um estudo de caso em uma pequena empresa que atua no ramo têxtil no município de Brusque – SC. Seu nome comercial é BRUSCOR – Indústria e Comércio de Cordas e Cadarços Ltda. Por intermédio dos fatores abordados na pesquisa de campo constatou-se que a BRUSCOR está caracterizada como um empreendimento econômico solidário que configura uma alternativa viável ao desemprego.

Palavras-chaves: desemprego, empreendimentos econômicos solidários, BRUSCOR.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
LISTA DE ANEXO.....	11
ÍNDICE DE TABELAS.....	12
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	13
LISTA DE SIGLAS.....	14

CAPITULO I

I INTRODUÇÃO.....	15
I.I <u>Problema de Pesquisa</u>	15
I.II <u>Objetivo geral</u>	17
I.II.I <u>Objetivo específico</u>	17
I.III <u>Metodologia</u>	18

CAPÍTULO II

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
II.I <u>O grande “mal” do Capitalismo Contemporâneo: Desemprego</u>	19
II.II <u>O Desemprego</u>	19
II.III <u>A Economia Solidária: Uma luz no fim do túnel?</u>	23
II.III.I <u>Conceitos de Economia Solidária</u>	23
II.III.II <u>Histórico da Economia Solidária</u>	25

CAPÍTULO III

III. O DESENVOLVIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS

ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL.....	29
III.I <u>Conceitos e Definições.....</u>	29
III.II <u>Empreendimentos ES no Brasil: Desenvolvimento e Motivações.....</u>	30
III.II.I <u>Mapeando os Empreendimentos de ES.....</u>	32
III.II.II <u>Quanto à organização e formas de trabalho</u>	34
III.II.III <u>Quanto à área de atuação, produtos e serviços oferecidos</u>	36
III.II.IV <u>Comercialização e Resultados financeiros.....</u>	37
III.II.V <u>Gestão Coletiva e compromisso social.....</u>	38

CAPÍTULO IV

IV. A EMPRESA ALTERNATIVA DE PRODUÇÃO SOCIALIZADA

– BRUSCOR.....	41
IV.I <u>Brusque: A cidade dos tecidos.....</u>	41
IV.II <u>Trilhando novos caminhos: a gênese e a expansão da Bruscor.....</u>	44
IV.II.I <u>A gênese.....</u>	44
IV.II.II <u>A expansão.....</u>	48
IV.III <u>Vinte anos de EAPS: As bodas de porcelana da BRUSCOR.....</u>	49
IV.III.I <u>Caracterização do empreendimento.....</u>	50
IV.III.II <u>O perfil dos sócios.....</u>	50
IV.III.III <u>Organização e forma de trabalho</u>	52
IV.III.IV <u>Produtos oferecidos e comercialização.....</u>	54
IV.III.V <u>Resultados financeiros.....</u>	56
IV.III.VI <u>Direitos e deveres dos sócios e compromisso social e ambiental.....</u>	57

CAPÍTULO V

V CONSIDERAÇÕES FINAIS.....60

REFERENCIAL TEÓRICO.....63

ANEXOS

LISTA DE ANEXO

ANEXO A - Perfil socioeconômico dos participantes da BRUSCOR

ANEXO B – Levantamento de dados da BRUSCOR

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de desemprego na OCDE.....	21
Tabela 2 – Estimativa dos desempregados.....	22
Tabela 3 – Quantidade de EES por Região no Brasil (em nº. e %).....	34
Tabela 4 – Crescimento populacional de Brusque – SC.....	42
Tabela 5 – Nível de escolaridade dos associados.....	51
Tabela 6 – Quantidade de metros vendidos no ano de 2007 (em mil).....	55

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Desenvolvimento das EES ao longo dos anos.....	31
Gráfico 2 – Motivação para implementação de EES no Brasil (em%).....	32
Gráfico 3 – Forma de organização dos EES no Brasil (em %)......	36
Gráfico 4 – Produtos e serviços por tipo de atividade (em %)......	37
Gráfico 5 – Destino da comercialização dos produtos e serviços das EES.....	38
Gráfico 6 – Formas de participação dos sócios no EES no Brasil (em %)......	39
Gráfico 7 – Comparativo anual de vendas da BRUSCOR.....	55

LISTA DE SIGLAS

AES	Atlas da Economia Solidária
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
EAPS	Empresa Alternativa de Produção Socializada
EES	Empreendimento de Economia Solidária
ES	Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
ITCP-FURB	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau
INSS	Instituto nacional do Seguro Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação dos e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PJ	Pastoral da juventude
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária

CAPÍTULO I

I INTRODUÇÃO

I.I Problema de Pesquisa

Hodiernamente, no mundo globalizado, discute-se muito sobre o fenômeno propiciado pela reestruturação do sistema de acumulação capitalista. Esse novo sistema de acumulação, baseado nas inovações tecnológicas (informática, telecomunicações, robótica) e na nova forma de organização e gerenciamento das empresas¹, embora conduza a ganhos em eficiência e produtividade sentencia uma parcela considerável da população ao desemprego e conseqüentemente à exclusão social.

Esse caráter multifacetário adquirido pelo capitalismo contemporâneo reflete numa acirrada competitividade internacional, que pautada numa redução incondicional de custos repassa para a classe trabalhadora todo o ônus social referente ao desemprego e à precarização das relações de trabalho.

Corroborando com essa assertiva, Lins (2001), enfatiza que em qualquer parte do mundo os trabalhadores assistem a exacerbação das adversidades nas suas condições de trabalho e vida, o que evidencia a necessidade de geração de novos postos de trabalho, com o intento de atender os anseios da classe trabalhadora. Destaca ainda, que a redução drástica no nível de emprego não é uma exclusividade de países em via de desenvolvimento; caso dos países da América latina e, sobretudo do Brasil, mas afeta

¹ Sobre a reestruturação industrial e tecnológica, consultar Castells (1999), por exemplo.

também países que possuem taxas relativamente baixas desta “mazela”; caso dos Estados Unidos e de alguns países da Europa².

Entretanto, embora o agravamento das relações sócio-econômicas tenha-se proliferado globalmente, e com maior profundidade nas últimas décadas, esse problema ainda não se tornou crônico, o que pode ser constatado na apreciação de Castells (1999, p. 328): “o endurecimento da lógica capitalista desde os anos 80 promoveu a polarização social apesar da valorização profissional. Essa tendência não é irreversível; pode ser retificada por políticas deliberadas com o objetivo de reequilibrar a estrutura social”.

No Brasil, as propostas que despontam com maior objetividade estão relacionadas ao crescente associativismo civil de caráter social e popular, que adquiriram significativa relevância no decorrer da década de 1990 e início do presente milênio, principalmente através de entidades como: igrejas, sindicatos, universidades e organizações não governamentais (ONGs), que atuam em favor da disseminação de conhecimentos e técnicas de produção baseados nos princípios da Economia Solidária³.

Tais princípios passaram a adquirir maior notoriedade com o advento do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), que popularizou o tema tornando-o mais difundido entre a sociedade civil. O governo brasileiro, por sua vez, atendendo aos pedidos de apoio de grupos ligados à Economia Solidária, criou em julho de 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), oficializando assim, o incentivo às políticas públicas de fomento e apoio aos movimentos sociais em esfera nacional.

Desta forma, políticas deliberadas com o intuito de vencer a crescente taxa de desemprego (ou pelo menos amenizá-las) passaram a figurar no cenário econômico e

²Para uma consulta mais apurada sobre os dados relacionados ao desemprego, consultar o Anuário dos Trabalhadores 2007. DIEESE.

³ Esses princípios podem ser encontrados na Carta de Princípios de Economia Solidária – disponível em <http://www.fbes.org.br>.

social brasileiro como “válvulas de escape” frente aos obstáculos inerentes à reestruturação capitalista; promovendo a geração de empregos através de ações cooperativas, de distribuição de renda, de desenvolvimento sustentável e de solidariedade mútua no conjunto da sociedade.

Destarte, o objeto de estudo apresentado neste trabalho assenta-se na possibilidade de contribuir, modestamente, ao debate contemporâneo sobre os novos caminhos trilhados pelas organizações que exercem atividades coletivas em busca de alternativas ao desemprego.

Neste contexto, será demonstrado, através do estudo de caso na Empresa Alternativa de Produção Socializada (EAPS) - BRUSCOR – um exemplo alternativo para combater o desemprego no país.

Vale salientar, desde logo, que o empreendimento, objeto central deste estudo, constitui-se numa combinação de atividades econômicas, sociais, políticas, educativas, de desenvolvimento pessoal e grupal e de solidariedade inseridas numa organização coletiva, características que a define num conceito de empreendimento econômico-solidário.

I.II Objetivo geral

Apresentar os fatores necessários (internos e externos) para implementação de empreendimentos econômico-solidários em outras regiões geográficas do país como alternativa viável ao desemprego. Usando como modelo a BRUSCOR.

I.II.I Objetivo específico

- Expor conceitos teóricos sobre desemprego e economia solidária;

- Apresentar o desenvolvimento dos empreendimentos econômico-solidários no Brasil;
- Apresentar o estudo de caso da EAPS BRUSCOR.

I.III Metodologia

Para cumprimento dos objetivos propostos neste trabalho de monografia foram realizadas pesquisas de natureza qualitativa visando à obtenção e coleta de dados de caráter descritivos. A finalidade principal de tais pesquisas foi investigar uma possível relação causal determinada pelas variáveis dependentes e independentes relacionadas com os empreendimentos de economia solidária como forma alternativa ao desemprego.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados para a realização dos capítulos II e III, foram pautados em pesquisas bibliográficas e documentais através da literatura específica e da análise relacional existentes entre as variáveis que compõe o tema; sendo assim, foram utilizados livros, artigos, revistas, teses, monografias e sites relacionados ao desemprego e à economia solidária.

Por assumir um caráter descritivo a pesquisa tornou-se de fundamental importância para o conhecimento e esclarecimento dos fundamentos teóricos, que na presente análise, serviu de base para o entendimento das relações entre as variáveis e o objeto alvo de estudo (neste caso a BRUSCOR) relatado no capítulo IV.

Desta forma o estudo de caso - cuja principal técnica de coleta de dados utilizada foi a aplicação de questionários, entrevistas, análise documental e observação direta - propiciou uma análise minuciosa do objeto alvo e sua pertinência dentro de um enfoque contemporâneo, abordando fatores específicos que puderam, de alguma forma, contribuir para solucionar a problemática abordada.

CAPÍTULO II

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

II.I O grande “mal” do Capitalismo Contemporâneo: Desemprego.

As mudanças advindas do capitalismo contemporâneo, de certa forma, revolucionaram o mundo. As distâncias tornaram-se menores. O mundo tornou-se global. Em contra partida, uma nova “peste” passou a assolar entre os menos afortunados; desta vez na forma de desemprego.

II.II O Desemprego

Numa análise singular podemos conceituar desemprego como sendo a incapacidade do sistema econômico de absorver, para o mercado de trabalho ou para qualquer tipo de atividade econômica, a população economicamente ativa de determinada região ou país. Porém, essa definição tornar-se-ia demasiadamente simplista considerando-se a reestruturação produtiva promovida a partir das décadas de 1970 e 1980.

Nesta vertente, o novo paradigma industrial, centrado na difusão de novas tecnologias de processo e produto, embora tenha gerado um incremento considerável na eficiência e no lucro das empresas gerou, em contra partida, o “enxugamento” de inúmeros postos de trabalho.

De fato, o desenvolvimento tecnológico não é para o benefício de todos, mas apenas para uma minoria. Não gera emprego na mesma proporção e tempo que o destrói, mas

faz aumentar uma massa cada vez maior de desempregados e subempregados, excluídos totalmente ou parcialmente da riqueza produzida. Na melhor hipótese, permitem condições de trabalho em tempo parcial, tempo determinado, atividades no mercado informal e auto-geridas. (Culti, 2002 p 3).

Com um apelo um tanto pessimista sobre o assunto, Rifkin (1998) fez uma crítica veemente sobre o desemprego proporcionado, sobretudo, pelo avanço tecnológico do setor de informática e de telecomunicações. Através de uma analogia, o referido autor interpreta que o desemprego veio se alastrando mundo afora feito um “vírus” causando um impacto extremamente destrutivo na humanidade, que se viu premente de um antídoto capaz de imunizá-la deste novo mal. “Como uma epidemia mortal infiltrando-se inexoravelmente no mercado de trabalho, a estranha e aparentemente inexplicável nova doença econômica se espalha, destruindo vidas e desequilibrando comunidades inteiras no seu rastro”. (Rifkin, 1998 p 3).

Desta forma, o agravamento no já combalido mercado de trabalho mundial tornou a situação global ainda mais preocupante. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a nível mundial, o número de desempregados alcançou a expressiva cifra de 195,2 milhões de trabalhadores no final do ano de 2006. Essa situação torna-se ainda mais grave, se considerar que metade dos 2,9 bilhões de trabalhadores empregados no mundo ganha menos que US\$ 2 por dia, e que este número permanece inalterado por dez anos.

Embora a situação do desemprego tenha se minimizado em alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos últimos anos, ele ainda está longe dos 3% considerado tolerável, segundo o conceito clássico de pleno emprego, defendido pelo economista Willian Beveridge⁴.

⁴ Em seu livro *Full Employment in a Free Society* (1944), o referido autor discorre sobre a definição de pleno emprego e a define como a situação atingida quando o nível de desemprego é de 3%.

Esses dados podem ser corroborados ao analisar a tabela 1, referente à taxa de desemprego em alguns países selecionados e pertencentes à OCDE.

Tabela 1 Taxas de desemprego na OCDE.
Países selecionados 1996-2006 (em %).

Países	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ⁽ⁿ⁾
Estados Unidos	5,4	4,9	4,5	4,2	4,0	4,8	5,8	6,0	5,5	5,1	4,6
Japão	3,4	3,4	4,1	4,7	4,7	5,0	5,4	5,3	4,7	4,4	4,2
Alemanha	7,7	8,6	8,1	7,5	6,8	6,9	7,6	8,7	9,2	9,1	8,0
França	12,1	12,1	11,5	10,8	9,4	8,7	9,0	9,8	10,0	9,9	9,1
Itália	11,3	11,4	11,5	11,1	10,2	9,2	8,7	8,6	8,1	7,8	7,1
Reino Unido	8,1	7,0	6,2	6,0	5,5	5,1	5,2	5,0	4,7	4,8	5,5
Canadá	9,6	9,1	8,3	7,6	6,8	7,2	7,6	7,6	7,2	6,8	6,4
Portugal	7,3	6,7	5,0	4,4	4,0	4,0	5,0	6,3	6,7	7,7	7,5
Espanha	17,5	16,3	14,6	12,2	10,8	10,1	11,0	11,0	10,5	9,2	8,4
Suécia	8,0	8,0	6,5	5,6	4,7	4,0	4,0	4,9	5,5	5,8	5,5
Suíça	3,8	4,0	3,4	2,9	2,5	2,5	3,1	4,1	4,2	4,3	3,9
TOTAL OCDE	6,9	6,6	6,5	6,3	5,9	6,1	6,7	6,9	6,7	6,5	6,0

Fonte: DIEESE. Anuário dos Trabalhadores 2007

Nota (1): Estimativas e Projeções

Obs.: As séries apresentam taxas de desemprego de acordo com a metodologia de cada país.

O Brasil não se mostra alheio aos problemas decorrentes do desemprego. Pelo contrário, com o intuito de eliminar distorções acumuladas no passado, fruto de políticas Keynesianas e, em busca da estabilidade econômica, o país adotou a partir da década de 1990, seguindo uma cartilha internacional⁵, políticas neoliberais visando sua inserção definitiva no mercado mundial.

Essas políticas, porém, num primeiro momento não surtiram um efeito desejado e, propiciaram uma significativa diminuição nos postos de trabalho em todo o país em decorrência da competição desfavorável provocada pelo avanço tecnológico e menor custo dos produtos internacionais.

De acordo com dados do DIEESE (tabela 2), o número de desempregados apenas nas seis regiões metropolitanas onde o órgão realizou suas pesquisas, supera a

⁵ A Cartilha Internacional a qual se refere o texto diz respeito ao conjunto de medidas formuladas em 1989 na cidade de Washington, fundamentadas num texto do economista John Williamson e que se tornou a política oficial do FMI.

cifra de 3,185 milhões de desempregados no ano de 2006. O Estado de São Paulo isoladamente corresponde por cerca de 1,592 milhões de trabalhadores desempregados no período considerado.

**Tabela 2 – Estimativa dos desempregados
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/2006 (em 1.000 pessoas)**

Regiões	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Metropolitanas									
Belo Horizonte	302	347	358	383	392	457	455	399	342
Porto Alegre	251	316	286	259	266	296	287	266	265
Recife	309	323	306	316	309	357	358	343	339
Salvador	347	398	398	426	440	468	431	419	413
São Paulo	1.585	1.734	1.622	1.654	1.828	1.944	1.859	1.696	1.592
Distrito Federal	181	210	201	212	226	257	243	228	234
Total Regiões Metrop./DF	2.975	3.328	3.171	3.250	3.461	3.779	3.633	3.351	3.185

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do DIEESE

No quadro social brasileiro não somente a inovação tecnológica figura como algoz da classe trabalhadora promovendo o desemprego, mas o crescimento pífio da economia brasileira nos últimos anos⁶ revela-se como um fator determinístico sobre o mercado de trabalho, uma vez que não gera suficiente número de empregos formais para suprir a demanda cada vez mais crescente da população.

Pochman (2007) argumenta que: “o mercado de trabalho é uma variável determinada, não é uma variável autônoma, independente. Ele opera de acordo com a situação econômica mais geral de cada país”. O autor ressalta também, que no caso brasileiro, temos um quadro muito desfavorável de geração de emprego em virtude de estarmos a duas décadas e meia sem ter um crescimento econômico importante.

⁶ O crescimento do Brasil no ano de 2006 foi de 3,7% com um ligeiro aumento para 5,3%, em 2007, segundo relatório divulgado pela OIT, em janeiro de 2008. Fonte: Agencia Brasil <http://www.agenciabrasil.gov.br>.

Face às adversidades provocadas pelo caráter global do desemprego, estruturado num novo paradigma tecnológico, somados à ausência de um crescimento econômico sustentado, principalmente nas economias periféricas; urge a necessidade da criação de formas alternativas de geração de trabalho e renda para garantir a sobrevivência de parcela da população afetada por esse novo mal.

Nesse sentido, nos parece improdutivo apenas lutar para conservar e fazer crescer o número de empregos. Nossa condição histórica atual é de procurar criar e apoiar oportunidades ou formas de trabalho sociais reinventadas para propiciar trabalho e renda à população excluída, que estamos vendo despontar nas últimas décadas, através da chamada economia solidária. (Culti, 2002 p.3).

II.III A Economia Solidária: Uma luz no fim do túnel?

Libertar o trabalhador de sua mera condição de instrumento do capital e inseri-lo em um novo paradigma econômico pautado na solidariedade, na cooperação e no bem-estar coletivo são prerrogativas de um projeto social alternativo que visa a reinclusão de um contingente de trabalhadores afetados pelo mal do desemprego, encontrando na Economia Solidária uma esperança.

II.III.I Conceitos de Economia Solidária

Condicionada por um significado amplo que envolve tanto características sociais quanto econômicas, a concepção de Economia Solidária envolve um sistema de

valores diferenciados ao do sistema capitalista (baseado no lucro Máximo). Esses valores referem-se a um sistema que privilegia a reprodução ampliada da vida, a valorização do ser humano, a geração do bem-estar coletivo, pelos quais se trabalham num processo democrático e de responsabilidade recíproca.

Lisboa (2006) define a ES como sendo um sistema híbrido, uma economia que interage com o mercado, porém “suas operações se pautam pelo respeito aos valores éticos e humanistas”. Nesse sentido, a concorrência e a busca incessante pelo lucro máximo deixam de ser o objetivo principal do sistema e a cooperação e a solidariedade tornam-se o centro da atividade econômica.

Por estar no mercado, a economia solidária está sujeita ao fetichismo das mercadorias, tendo que cuidar de design e marketing. Não estamos, portanto, nos referindo a um setor não-mercantil e não-monetário, como a economia da dádiva. Também não estamos falando dum setor não lucrativo, como o Terceiro Setor. O aspecto central da economia solidária não é a sua não-lucratividade, até porque a dimensão do lucro – ainda que renomeado como resultado, sobras ou excedente – está presente nas suas expressões mercantis. Trata-se duma outra economia que se confronta com os interesses da reprodução do capital e do poder, duma outra economia que contribui para o avanço civilizatório. (Lisboa, 2006, p. 1-2).

Possuidora de um caráter multidimensional, englobando as áreas: econômica, social, política, cultural e ecológica, a ES encontra várias outras abordagens em relação aos seus conceitos e definições:

Roca (2001) define a Economia Solidária envolvendo diferentes formas de organização, onde homens e mulheres se incumbem seja para criar uma proposta forte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo

possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais ao coletivo.

Para Singer (2004) a ES se traduz em uma “forma alternativa ao sistema capitalista, porém ainda sob seus marcos”. O autor ressalta também, que os meios e modos de produção e acumulação capitalistas, engendrados pela economia global, acabam privando a sociedade, atual e, provavelmente a futura, de novos postos de trabalho condenando-as ao desemprego e à exclusão social.

Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a economia solidária. (Singer, 2004 p. 3).

Dentre as várias abordagens a respeito do tema de economia solidária é nítido o aspecto que todas as correntes de pensamento deixam transparecer: uma alternativa ao sistema hegemônico guiado por um caráter solidário e democrático ancorados no princípio da autogestão, do igualitarismo, da ajuda mútua e na responsabilidade social em detrimento à exploração capitalista.

II.III.II Histórico da Economia Solidária

Não se sabe ao certo a data exata do nascimento da ES. Para Karl Polanyi (1886-1964), por exemplo, seus princípios sempre se fizeram presentes nas sociedades, porém ganhou maior destaque após a universalização do sistema capitalista de produção. Esta falácia econômica ocorreu simplesmente por não entendermos outros tipos de

economia devido ao nosso próprio engano de achar que todas as economias são baseadas em economias de mercado.

O referido autor enfatiza também, que até o final do século XVIII, nenhuma economia era controlada pelo mercado e sim imersa em um sistema social. Embora o mercado estivesse sempre presente no cotidiano das pessoas ele adquiria apenas um papel secundário na economia. Deste modo, as sociedades “não modernas” garantiam os meios materiais para a satisfação de suas necessidades através de duas formas econômicas básicas: reciprocidade e redistribuição, baseadas em simetria social (sociedade igualitárias), ou na centralidade (sociedades com Estado despótico ou burocrático). (Lisboa, 2000 p. 2).

Com o advento e crescimento da indústria, encetado principalmente pela Revolução Industrial, o mercado passou a figurar como principal componente do sistema econômico, o que exigiu sua auto-regulação e incluiu a venda do trabalho, da terra e da moeda como meras mercadorias a serviço da indústria.

Para Karl Polanyi, as máquinas fabris e a economia de mercado nascem concomitantemente. A revolução industrial surge quando começa a tomar corpo a idéia de um mercado auto-regulável. “A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria - trabalho, terra, dinheiro – foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial”. Polanyi (1944) apud Lisboa (2000 p. 7).

O profundo impacto causado pela difusão das fábricas, inicialmente na Inglaterra, ocasionou mudanças bruscas na economia e na sociedade. Uma nova relação entre o capital e o trabalho se estabeleceu. A economia baseada na agricultura foi suplantada pelas máquinas e cedeu espaço às grandes indústrias que passaram a dominar

o mercado. Deste feito, o capitalismo industrial passou a ser o sistema econômico hegemônico.

Segundo a literatura existente, a gênese da ES deu-se na Europa Ocidental no início do século XIX, pouco tempo após a introdução do capitalismo industrial como sistema econômico vigente e na esteira das transformações, econômicas e sociais⁷, propiciadas pela Revolução Industrial.

Neste contexto, um grupo de 28 tecelões desempregados e várias outras pessoas inauguraram a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (Inglaterra), no ano de 1844, com o objetivo de mitigar as deploráveis condições de trabalho e vida do proletariado britânico. Dentre os legados deixados por essa cooperativa pioneira, destacam-se os princípios cooperativistas formulados pelos membros de Rochdale, o qual se alastraram por todos os países democráticos do mundo e, salvo algumas alterações devido suas longas trajetórias de atuação ao longo do tempo, permanecem válidas até os dias atuais. Quais sejam:

- Adesão voluntária dos associados e participação franqueada a todos que desejam tomar parte, desde que aptos a utilizar os serviços e assumir as responsabilidades decorrentes;
- Gestão democrática, garantida por meio da escolha periódica dos responsáveis pela condução do empreendimento;
- Gestão autônoma e independente, protagonizada pelos próprios membros;
- Contribuição eqüitativa para o capital da cooperativa e controle democrático do uso dos recursos, com distribuição dos benefícios entre os membros de acordo com as respectivas participações;
- Promoção contínua da educação e da formação dos associados com referência ao tema do cooperativismo;

⁷ Sobre a Revolução Industrial e suas conseqüências sociais, consultar, por exemplo, Iannone (1992).

- Apoio a continuar expansão do cooperativismo mediante interações densas com outras cooperativas, em diferentes esferas (regional, nacional e internacional);
- Contribuição ao desenvolvimento das comunidades em que se encontram as cooperativas. (Lins, 2001, p. 46-47)

Vale destacar, que por seu caráter igualitário e social, o ideário cooperativista floresceu também, entre os filósofos socialistas “utópicos”, no qual teve sua maior representatividade na figura de Robert Owen (1771-1858); em que defende que a mão-de-obra desempregada pode ser mais bem aproveitada em sociedades cooperativas, nesta perspectiva criou, no início do século XIX, duas cooperativas – uma no Reino Unido e outra nos EUA – porém não obteve êxito com o experimento devido a brigas internas entre os participantes.

Considerado o pai do cooperativismo, Owen difundiu a idéia de formação de cidades-cooperativas, ou colônias socialistas, como meio de combate ao sistema capitalista de produção. A repercussão de sua obra ultrapassou fronteiras, o que evidenciou o antagonismo existente entre a economia solidária e a economia mercantil.

CAPÍTULO III

III. O DESENVOLVIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL

III.I Conceitos e Definições

Por empreendimentos econômicos solidários podemos entender sendo organizações de caráter coletivo que desenvolvem atividades econômicas – de produção, consumo, crédito, distribuição e poupança - visando auferir renda através da geração de trabalho, num contexto diferenciado do sistema tradicional de produção (sistema capitalista), pois tais empreendimentos são caracterizados pela auto-gestão, cooperação no trabalho, viabilidade econômica e solidariedade, que agem complementarmente formando de modo geral a Economia Solidária.

De acordo com o Atlas da Economia Solidária essas características podem ser assim definidas:

- Autogestão: Exercícios de práticas participativas de autogestão no processo de trabalho, nas definições estratégicas, e cotidianas dos empreendimentos na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.
- Cooperação: Existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidade, propriedade coletiva parcial ou total dos bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
- Atividade Econômica: Agregação de esforços, recursos e conhecimentos para viabilizar as iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamentos, crédito, comercialização e consumo.

- Solidariedade: Preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadores e consumidores. (MTE, 2005).

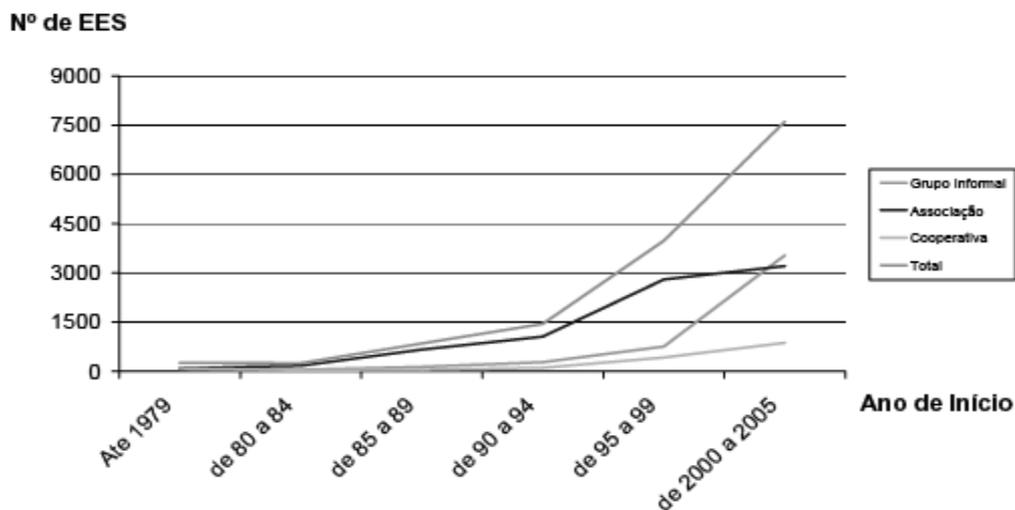
Levando-se em consideração as características supracitadas, as organizações compreendidas no conceito de EES são numerosas, e estão representadas por diversos setores na economia, dentre os quais são destacados: cooperativas, associações populares e grupos informais; empresas recuperadas de autogestão; agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito; clubes e grupos de trocas solidárias; redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outros.

III.II Empreendimentos ES no Brasil: Desenvolvimento e Motivações

Os EES passaram a ter maior visibilidade a partir da década de 1990, período em que se verificou um aumento considerável no número de organizações implementadas, fato constatado até os dias atuais.

Conforme se observa no gráfico abaixo houve um aumento expressivo de EES geridos por grupos informais, principalmente na segunda metade da década de 1990; as associações, por outro lado, tiveram uma diminuição em seu processo de crescimento, e as cooperativas mantiveram-se num ritmo constante.

Gráfico 1 - Desenvolvimento das EES ao longo dos anos

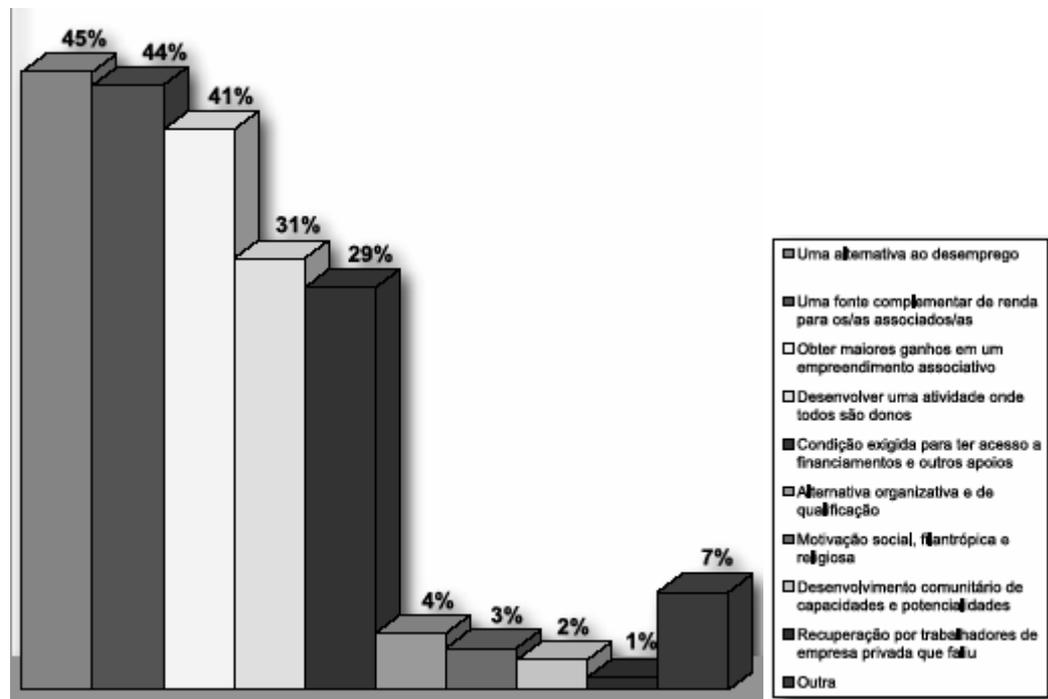


Fonte: Atlas da Economia Solidária. (MTE, 2005)

Quanto aos motivos para a implementação, esses empreendimentos foram impulsionados, principalmente, pela necessidade da criação de uma alternativa ao desemprego, ou estão ligados diretamente com atividades que propiciem ganhos econômicos, como por exemplo: uma possibilidade de complementar na renda dos associados. Destaca-se também, entre as motivações, a aspiração pessoal em desenvolver uma atividade onde todos os participantes são donos do empreendimento; rompendo, assim, a condição que lhes é outorgada pelo capitalismo, ou seja, de serem um mero instrumento do capital.

O gráfico-2, ilustrado a seguir, destaca as principais motivações para a implementação das EES no Brasil. A alternativa ao desemprego figura entre os principais motivos citados (45%); seguido pela possibilidade de complementação de renda (44%); obtenção de maiores ganhos (41%); oportunidade em desenvolver uma atividade onde todos são donos (31%); e outras motivações não econômicas, observadas em menor escala, como: motivação social, filantrópica e religiosa (3%).

Gráfico 2 – Motivação para implementação de EES no Brasil (em%)



Fonte: Atlas da Economia Solidária. (MTE, 2005)

III.II.I Mapeando os Empreendimentos de ES

Atendendo as necessidades em se quantificar e qualificar os empreendimentos econômicos solidários no Brasil, o MTE através da SENAES em parceria com órgãos e entidades estaduais e municipais, iniciou em 2004 um levantamento para coleta de informações para posterior criação de um banco de dados relativos às atividades ligadas, direta ou indiretamente, à Economia solidária. Esse mapeamento foi concluído no ano de 2005 e serviu de base para a confecção do Atlas da Economia Solidária (AES), que teve seu lançamento no ano seguinte.

Segundo consta no referido trabalho, definidas as concepções básicas a respeito da ES,

“foi elaborado um instrumento de pesquisa amplo abrangendo questões relativas à: identificação; abrangência e características gerais; tipificação o dimensionamento da atividade econômica; investimentos; acesso a crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação do trabalho no empreendimento e dimensão sócio-político e ambiental”. (Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2005, p. 9, MTE, 2006).

Com base no mapeamento foram visitados 14.954 EES e as áreas de atuação das entrevistas estenderam-se por todas as unidades federativas, totalizando um número de 2.274 municípios, ou seja, 41% do total de municípios da federação. Esses dados podem ser identificados na tabela 3 que apresenta a quantidade e percentual de EES por unidade da federação/regiões.

É de importante mensuração também, que esses EES implementados no país geraram, ao longo dos anos, mais de 1,250 milhões de postos de trabalhos e movimentaram cerca de 500 milhões de reais por mês entres suas diversas áreas de atuação⁸.

⁸ Os dados apresentados podem ser corroborados em consulta ao AES – 2005, p 13 - 36.

Tabela 3 – Quantidade de EES por Região no Brasil (em nº. e %)

UF	Nº de EES	% EES	Nº de Municípios	% Municípios/ Total de municípios
RO	240	1,6%	40	75%
AC	403	2,7%	20	87%
AM	304	2,0%	32	51%
RR	73	0,5%	14	88%
PA	361	2,4%	51	35%
AP	103	0,7%	13	76%
TO	400	2,7%	84	60%
NORTE	1.884	13%	254	56%
MA	567	3,8%	73	33%
PI	1.066	7,1%	83	37%
CE	1.249	8,4%	134	72%
RN	549	3,7%	77	46%
PB	446	3,0%	101	45%
PE	1.004	6,7%	129	69%
AL	205	1,4%	48	47%
SE	367	2,5%	63	83%
BA	1.096	7,3%	153	37%
NORDESTE	6.549	44%	861	48%
MG	521	3,5%	101	12%
ES	259	1,7%	59	75%
RJ	723	4,8%	82	88%
SP	641	4,3%	147	23%
SUDESTE	2.144	14%	389	23%
PR	527	3,5%	109	27%
SC	431	2,9%	133	45%
RS	1.634	10,9%	270	54%
SUL	2.592	17%	512	43%
MS	234	1,6%	25	32%
MT	543	3,6%	91	65%
GO	667	4,5%	127	51%
DF	341	2,3%	15	83%
CENTRO-OESTE	1.785	12%	258	53%
TOTAL	14.954	100,0%	2274	41%

Fonte: Atlas da Economia Solidária. (MTE, 2005)

III.II.II Quanto à organização e formas de trabalho

Quanto às formas de trabalho e organização, os EES estão assim descritos no

Atlas da Economia Solidária:

- a) Coletivas – organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas auto-gestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc;
- b) Cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meio urbanos e rurais que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) Permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implementação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) Com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e;
- e) Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de credito (cooperativas de credito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (MTE, 2005).

No Brasil verifica-se a predominância de organizações sob a forma de associações, que representam 54% do total dos empreendimentos solidários, seguidos por grupos informais com 33%, cooperativas 11% e finalizando, outras formas de organizações, com 2% do total pesquisado.